



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO sobre o Projeto de Lei do Executivo (PLE) nº 37/2022, o qual *dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2022-2025 do Município do Recife, para o exercício de 2023*; pela APROVAÇÃO, COM EMENDAS, SUBEMENDAS E EMENDA DE RELATORIA.

RELATOR: Vereador **SAMUEL SALAZAR**

I – RELATÓRIO

A **Comissão de Finanças e Orçamento** recebeu, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei do Executivo nº 37/2022, nos termos do art. 114 do Regimento Interno da Câmara Municipal do Recife.

Em síntese, a Proposição, estabelece a revisão, para o exercício financeiro de 2023, do Plano Plurianual 2022-2025, instituído pela Lei Municipal nº18.877, de 17 de dezembro de 2021, cujos anexos contidos no Volume II: “PPA 2022-2025 – Detalhamento da Programação” passam a vigorar com as alterações constantes nos anexos desta lei, de acordo com as orientações e os eixos estratégicos ali estabelecidos, para adequação às gradativas mudanças nos cenários econômico, político, financeiro e social do Município, ao aprimoramento dos processos de gestão e às situações imprevistas.

Ressalta-se que, antes da discussão no âmbito desta Comissão, foi realizada audiência pública no dia 27 de outubro do corrente ano, com a presença do Secretário de Planejamento, Gestão e Transformação Digital do Recife, Felipe Martins Matos, para explanar o projeto. Além disso, em obediência ao que determina o art. 372, § 2º, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, um comunicado relativo às Emendas recebidas por esta comissão foi divulgado no Diário Oficial do Município do Recife.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Em sua justificativa, o Chefe do Poder Executivo Municipal esclarece que:

“Cumprimento Vossa Excelência e demais vereadores e, considerando os preceitos dos artigos 27, IV; 90 e 91, I, da Lei Orgânica do Município, e do artigo 4º do seus Atos das Disposições Transitórias; encaminho a Revisão 2023 do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2022-2025 (PPA) para análise e apreciação pelos membros desta Egrégia Casa.”

A Proposição foi apresentada em reunião plenária do dia 03/10/2022, em regime ORDINÁRIO (art. 31, §2º da LOMR e art. 284, II do RICMR) e encaminhado às comissões legislativas. O prazo para recebimento de emendas encerrou em 24/10/2022. Quando em pauta, nos termos regimentais, foram apresentadas 255 (duzentos e cinquenta e cinco) emendas, conforme a seguir discriminado:

1. Emendas Modificativas:

1.1 - De autoria da vereadora Michele Collins, nºs 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 128, 129, 131, 138, 139, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 167, 169, 171, 173, 174, 175, 183, 184, 186, 187, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 219, 220, 221, 223, 225, 226.

1.2 - De autoria do vereador Ivan Moraes, nºs 31, 37, 40, 42, 44, 46, 49, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 89, 91, 92, 93, 94, 95.

1.3 - De autoria do vereador Paulo Muniz, nº 77.

1.4 - De autoria do vereador Felipe Alecrim, nº 80.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

1.5 - De autoria da vereadora Dani Portela, nº 82, 231, 232.

1.6 – De autoria da vereadora Ana Lúcia, nºs 108, 109, 168, 170, 172, 176, 185, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 203, 212, 218, 222, 224, 234.

1.7 – De autoria do vereador Zé Neto, nºs 177, 179.

1.8 – De autoria do vereador Marco Aurélio Filho, nº 245.

1.9 – De autoria da vereadora Liana Cirne, nºs 250, 251.

2. Emendas Aditivas:

2.1 - De autoria da vereadora Michele Collins, nºs 1, 2 e 3.

2.2 - De autoria do vereador Ivan Moraes, nºs 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 41, 43, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 69, 83, 96, 97, 233, 236, 239, 240, 244.

2.3 - De autoria do vereador Paulo Muniz, nºs 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 102, 103, 133, 135, 136.

2.4 – De autoria da vereadora Dani Portela, nºs 81, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 106, 107, 127, 130, 132, 134, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 152, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 217, 227, 230.

2.5 – De autoria da vereadora Ana Lúcia, nºs 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 229, 238.

2.6 – De autoria do vereador Luiz Eustáquio, nºs 163, 166.

2.7 – De autoria do vereador Zé Neto, nº 178, 180, 181, 182.

2.8 – De autoria do vereador Marco Aurélio Filho, nº 228, 235, 237, 241, 242, 243 e 252.

2.9 – De autoria da vereadora Liana Cirne, nºs 246, 247, 248, 249.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

2.10- De autoria do vereador Osmar Ricardo, n°s 253, 254, 255.

Vem, agora, à Comissão de Finanças e Orçamento para ser apreciado em seus aspectos financeiros e orçamentários, conforme dispõe o artigo 287, inciso I, alínea b, do Regimento Interno da Câmara Municipal do Recife. É o que importa relatar.

II – VOTO

Inicialmente, é importante destacar que o plano plurianual (PPA) é proposto no intuito de estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, conforme estipula o § 1º do art. 165, da Carta Magna. Em verdade, o PPA é um instrumento para o planejamento estratégico do município, para organização dos recursos e energias do governo e da sociedade em direção à uma visão de futuro, a um cenário de médio prazo. É a partir dele que são definidos os conteúdos das demais leis orçamentárias (LOA e LDO), vale dizer, todas as leis e atos de natureza orçamentária deverão ser compatíveis com o disposto no PPA.

Ademais, o envio do projeto cumpre o que determina os artigos 54, inciso VIII; 27, inciso IV; 90 e 91, inciso III, da Lei Orgânica do Município do Recife (LOMR), respectivamente:

“Art. 54 - Compete privativamente ao Prefeito:





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

VIII - enviar à Câmara Municipal o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e a proposta de orçamentos previstos nesta Lei Orgânica;"

"Art. 27 - Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:

IV - matéria orçamentária. (alterado pela Emenda nº 21/07)"

"Art. 90 - As normas orçamentárias do Município obedecerão às disposições da Constituição da República, às normas gerais de direito financeiro e às da Constituição Estadual."

*"Art. 91 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
III - os orçamentos anuais".*

É importante destacar que as leis orçamentárias são leis ordinárias, de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, conforme preconiza o inciso III do artigo 165 da CF/88, a saber:

"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;"

Conforme mencionado no relatório, foram apresentadas emendas dos seguintes vereadores Osmar Ricardo, Luiz Eustáquio, Liana Cirne, Marco Aurélio Filho, Zé Neto, Ana Lúcia, Dani Portela, Felipe Alecrim, Paulo Muniz, Ivan Moraes, Michele Collins, as quais passamos a analisar.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda aditiva nº 01, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A referida emenda traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. Além disso, a emenda tem erro técnico e/ou formal, o qual prejudica seu entendimento. E por fim, a emenda em comento altera a estrutura orçamentária do documento.

Emenda aditiva nº 02, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. Cumpre ressaltar que o conteúdo da referida emenda não é próprio ao Projeto de Lei de Revisão do PPA, além disso, a ação já é implementada/executada pela gestão.

Emenda aditiva nº 03, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A redação da emenda proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original do projeto em análise.

Emenda modificativa nº 04, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A emenda em apreço trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, a sua redação não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Outrossim, cumpre ressaltar que a ação já é implementada/executada pela gestão.

Emenda modificativa nº 05, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A redação da emenda proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original, uma vez que, no exercício de 2023, ao qual a Revisão do PPA se refere, a nomenclatura do programa voltará a ser "Bolsa Família", de acordo com o noticiado na imprensa nacional.

Emenda modificativa nº 06, de autoria da vereadora Michele Collins – APROVADA.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda modificativa nº 07, de autoria da vereadora Michele Collins – APROVADA.

Emenda modificativa nº 08, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A redação da emenda proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Além disso, a emenda é semelhante à de número 7. Outrossim, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 09, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 10, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo. Além disso, a sua redação não contribui para o aperfeiçoamento da redação original do projeto em comento, como também, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 11, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original do projeto em comento, como também, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 12, de autoria da vereadora Michele Collins – APROVADA.

Emenda modificativa nº 13, de autoria da vereadora Michele Collins – APROVADA.

Emenda modificativa nº 14, de autoria da vereadora Michele Collins – APROVADA.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda modificativa nº 15, de autoria da vereadora Michele Collins – APROVADA.

Emenda aditiva nº 16, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. O texto da emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda aditiva nº 17, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. O texto da emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda aditiva nº 18, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. O texto da emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda aditiva nº 19, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. O texto da emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda aditiva nº 20, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. O texto da emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda aditiva nº 21, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. O texto da emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda aditiva nº 22, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. O texto da emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda aditiva nº 23, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. O texto da emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda aditiva nº 24, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, bem como, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. Cumpre ressaltar, ainda, que a emenda em comento apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento.

Emenda aditiva nº 25, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, bem como, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. Cumpre ressaltar, ainda, que a emenda em comento apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento.

Emenda aditiva nº 26, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, bem como, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. Cumpre ressaltar, ainda, que a emenda em comento apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento.

Emenda aditiva nº 27, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, bem como, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PPA. Cumpre ressaltar, ainda, que a emenda em comento apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento.

Emenda aditiva nº 28, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, bem como, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. Cumpre ressaltar, ainda, que a emenda em comento apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento.

Emenda aditiva nº 29, de autoria do vereador Ivan Moraes –REJEITADA. A emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda aditiva nº 30, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, bem como, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. Cumpre ressaltar, ainda, que a emenda em comento apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda modificativa nº 31, de autoria do vereador Ivan Moraes – APROVADA COM SUBEMENDA DE RELATORIA.

SUBEMENDA Nº 01/2022 à Emenda Modificativa nº 31, da relatoria:

A Emenda Modificativa nº 31/2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Modifica-se a finalidade da ação 2.080 PROMOÇÃO E EMPODERAMENTO ECONÔMICO DAS MULHERES do Programa 1235 - DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PARA PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO, da Secretaria da Mulher - SEMUL, que passa a ter a seguinte redação:

“AÇÃO: 2.080 - PROMOÇÃO E EMPODERAMENTO ECONÔMICO DAS MULHERES FINALIDADE: FOMENTAR A FORMAÇÃO TÉCNICA, GRUPOS PRODUTIVOS DE MULHERES, ENTRE OUTRAS AÇÕES QUE VISEM FACILITAR O EMPODERAMENTO E A INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO, COM ATENÇÃO ESPECIAL DAS MULHERES NEGRAS, LÉSBICAS, BIS E TRANS (LBTs) e PERIFÉRICAS.”

Emenda aditiva nº 32, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, trata de assunto definido por Órgão do Poder





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda aditiva nº 33, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, bem como, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. Cumpre ressaltar, ainda, que a emenda em comento apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento.

Emenda aditiva nº 34, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda aditiva nº 35, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, bem como, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. Cumpre ressaltar, ainda, que a emenda em comento apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda aditiva nº 36, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, bem como, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. Cumpre ressaltar, ainda, que a emenda em comento apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento.

Emenda modificativa nº 37, de autoria do vereador Ivan Moraes – APROVADA.

Emenda aditiva nº 38, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, bem como, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. Cumpre ressaltar, ainda, que a emenda em comento apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento.

Emenda aditiva nº 39, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, bem como, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. Cumpre ressaltar, ainda, que a emenda em comento apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda modificativa nº 40, de autoria do vereador Ivan Moraes –REJEITADA. A redação da emenda proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Além disso, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas, uma vez que, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda aditiva nº 41, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, bem como, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. Cumpre ressaltar, ainda, que a emenda em comento apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento.

Emenda modificativa nº 42, de autoria do vereador Ivan Moraes – APROVADA COM SUBEMENDA DE RELATORIA.

SUBEMENDA Nº 02/2022 à Emenda Modificativa nº 42, da relatoria:

A Emenda Modificativa nº 42/2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Modifica-se o objetivo do Programa 1235 - DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PARA PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO, da Secretaria de Mulher, que passa a ter a seguinte redação:

OBJETIVO: PROMOVER AÇÕES VOLTADAS PARA A FORMAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E ECONÔMICA DAS MULHERES, A ARTICULAÇÃO COM O CONJUNTO





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

DOS SEGUIMENTOS DE MULHERES E O FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA DAS MULHERES DO RECIFE, PROMOVENDO A PARTICIPAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA MULHER.”.

Emenda aditiva nº 43, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, bem como, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. Cumpre ressaltar, ainda, que a emenda em comento apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento.

Emenda modificativa nº 44, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A redação da emenda proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Além disso, o seu conteúdo trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda aditiva nº 45, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, bem como, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. Cumpre ressaltar, ainda, que a emenda em comento apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda modificativa nº 46, de autoria do vereador Ivan Moraes – APROVADA COM SUBEMENDA DE RELATORIA.

SUBEMENDA Nº 03/2022 à Emenda Modificativa nº 46, da relatoria:

A Emenda Modificativa nº 46/2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Modifica-se a finalidade da Ação 2.147 - SEGURANÇA NOS LOCAIS PÚBLICOS SOB JURISDIÇÃO DA CIDADE DO RECIFE do Programa 1252 - GESTÃO DA POLÍTICA INTEGRADA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ E JUSTIÇA RESTAURATIVA, da Secretaria de Segurança Cidadã, que passa a ter a seguinte redação:

“FINALIDADE: PRESERVAR OS BENS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO E A SEGURANÇA CIDADÃ DOS SEUS HABITANTES, FICANDO GARANTIDO QUE NÃO SERÁ(ÃO) UTILIZADO(S) SISTEMA(S) QUE NÃO TENHA(M) SUA EFICÁCIA ABSOLUTAMENTE COMPROVADA”

Emenda aditiva nº 47, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, bem como, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

formais do PPA. Cumpre ressaltar, ainda, que a emenda em comento apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento.

Emenda aditiva nº 48, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, bem como, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. Cumpre ressaltar, ainda, que a emenda em comento apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento.

Emenda modificativa nº 49, de autoria do vereador Ivan Moraes – APROVADA.

Emenda aditiva nº 50, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA.

Emenda com erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Emenda traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. A emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda aditiva nº 51, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. Como dito anteriormente, a referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Emenda traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. A emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda aditiva nº 52, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. Como dito anteriormente, a referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Emenda traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. A emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda aditiva nº 53, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. Como dito anteriormente, a referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Emenda traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. A emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda aditiva nº 54, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. Como dito anteriormente, a referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Emenda traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. A emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda aditiva nº 55, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. Como dito anteriormente, a referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Emenda traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. A emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda modificativa nº 56, de autoria do vereador Ivan Moraes – APROVADA COM SUBEMENDA DE RELATORIA.

SUBEMENDA Nº 04/2022 à Emenda Modificativa nº 56, da relatoria:

A Emenda Modificativa nº 56/2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Modifica-se a Finalidade da Ação 2.076 - PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO, do Programa 1252 - GESTÃO DA POLÍTICA INTEGRADA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ E JUSTIÇA RESTAURATIVA, da Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana - EMLURB, que passa a ter a seguinte redação:

“FINALIDADE: PRODUZIR E PUBLICAR MATERIAIS, EVENTOS E CAMPANHAS PARA TRATAR DE TEMAS RELACIONADOS AO ENFRENTAMENTO DO MACHISMO, DA TRANSLESBOFOBIA E DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E AO EMPODERAMENTO DAS MULHERES.”.

Emenda modificativa nº 57, de autoria do vereador Ivan Moraes – APROVADA COM SUBEMENDA DE RELATORIA.

SUBEMENDA Nº 05/2022 à Emenda Modificativa nº 57, da relatoria:





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

A Emenda Modificativa nº 57/2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 1º Modifica-se a Finalidade da Ação 2.073 - ATENDIMENTO À PESSOA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO, do Programa 1252 - GESTÃO DA POLÍTICA INTEGRADA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA E PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ E JUSTIÇA RESTAURATIVA, da **Secretaria da Mulher**, que passa a ter a seguinte redação: “FINALIDADE: IMPLANTAR E MANTER A REDE FÍSICA E OS SERVIÇOS DE ATENÇÃO À PESSOA EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO.”.*

Emenda modificativa nº 58, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. O conteúdo da emenda não se coaduna com o intuito da redação original. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, a sua redação não contribui para o aperfeiçoamento da redação original.

Emenda modificativa nº 59, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A redação da emenda proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Além disso, restringiu a expressão atualmente vigente.

Emenda modificativa nº 60, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. Ação já é implementada/executada pela gestão. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. A emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda modificativa nº 61, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. A redação da emenda proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. A emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda modificativa nº 62, de autoria do vereador Ivan Moraes – APROVADA COM SUBEMENDA DE RELATORIA.

SUBEMENDA N° 06/2022 à Emenda Modificativa nº 62, da relatoria:

A Emenda Modificativa nº 62/2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Modifica-se a Finalidade da Ação 2.524 - APOIO ÀS ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA CIDADÃ, do Programa 1222 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E IGUALDADE RACIAL, da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE E POLÍTICAS SOBRE DROGAS, que passa a ter a seguinte redação:

“FINALIDADE: Dar Suporte às Atividades do Conselho Municipal de Direitos Humanos, e os demais conselhos vinculados a esta secretaria. Quais Sejam: Monitorar e Fiscalizar a Execução das Políticas Municipais de cada Conselho nas Esferas Governamentais e Não-Governamentais, Denunciar e Investigar Violações dos Direitos Humanos, entre outras Competências ligadas à Área.”.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda modificativa nº 63, de autoria do vereador Ivan Moraes – APROVADA COM SUBEMENDA DE RELATORIA.

SUBEMENDA Nº 07/2022 à Emenda Modificativa nº 63, da relatoria:

A Emenda Modificativa nº 63/2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Modifica-se o Texto da Ação 2.524 - APOIO ÀS ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E SEGURANÇA CIDADÃ, do Programa 1222 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E IGUALDADE RACIAL, da SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, JUVENTUDE E POLÍTICAS SOBRE DROGAS, que passa a ter a seguinte redação:

“Apoio às Atividades do Conselho Municipal de Direitos Humanos, e os demais conselhos vinculados a esta secretaria. ”.

Emenda modificativa nº 64, de autoria do vereador Ivan Moraes – APROVADA.

Emenda modificativa nº 65, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. O conteúdo da emenda não se coaduna com o intuito da redação original. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 66, de autoria do vereador Ivan Moraes – APROVADA.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda modificativa nº 67, de autoria do vereador Ivan Moraes – APROVADA.

Emenda modificativa nº 68, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, a redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original.

Emenda aditiva nº 69, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, a emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda aditiva nº 70, de autoria do vereador Paulo Muniz – REJEITADA. Como dito anteriormente, a referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Emenda traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. A emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda aditiva nº 71, de autoria do vereador Paulo Muniz – REJEITADA. Como dito anteriormente, a referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Emenda traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. A emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda aditiva nº 72, de autoria do vereador Paulo Muniz – REJEITADA. Como dito anteriormente, a referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Emenda traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. A emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda aditiva nº 73, de autoria do vereador Paulo Muniz – REJEITADA. Como dito anteriormente, a referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Além disso, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Outrossim, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda aditiva nº 74, de autoria do vereador Paulo Muniz – REJEITADA. Como dito anteriormente, a referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Além disso, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Outrossim, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda aditiva nº 75, de autoria do vereador Paulo Muniz – REJEITADA. Como dito anteriormente, a referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Além disso, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Outrossim, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda aditiva nº 76, de autoria do vereador Paulo Muniz – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática,





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, a emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda modificativa nº 77, de autoria do vereador Paulo Muniz – REJEITADA. A referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento.

Emenda aditiva nº 78, de autoria do vereador Paulo Muniz – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, a emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda aditiva nº 79, de autoria do vereador Paulo Muniz – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, a emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda modificativa nº 80, de autoria do vereador Felipe Alecrim – REJEITADA. O conteúdo da emenda não se coaduna com o intuito da redação original, além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda aditiva nº 81, de autoria da vereadora Dani Portela – A referida emenda foi retirada pela autora, mediante o Memorando nº 061/2022.

Emenda modificativa nº 82, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. O conteúdo da emenda não se coaduna com o intuito da redação original, como também não contribui para o seu aperfeiçoamento. Além disso, a emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda aditiva nº 83, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A referida emenda traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. Além disso, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Ademais, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda aditiva nº 84, de autoria da vereadora Dani Portela – A referida emenda foi retirada pela autora, mediante o Memorando nº 061/2022.

Emenda aditiva nº 85, de autoria da vereadora Dani Portela – A referida emenda foi retirada pela autora, mediante o Memorando nº 061/2022.

Emenda aditiva nº 86, de autoria da vereadora Dani Portela – A referida emenda foi retirada pela autora, mediante o Memorando nº 061/2022.

Emenda aditiva nº 87, de autoria da vereadora Dani Portela – A referida emenda foi retirada pela autora, mediante o Memorando nº 061/2022.

Emenda aditiva nº 88, de autoria da vereadora Dani Portela – A referida emenda foi retirada pela autora, mediante o Memorando nº 061/2022.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda modificativa nº 89, de autoria do vereador Ivan Moraes–REJEITADA. A referida emenda é semelhante à de número 66. Além disso, A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas, bem como não contribui para o aperfeiçoamento da redação original.

Emenda aditiva nº 90, de autoria da vereadora Dani Portela – A referida emenda foi retirada pela autora, mediante o Memorando nº 061/2022.

Emenda modificativa nº 91, de autoria do vereador Ivan Moraes –APROVADA.

Emenda modificativa nº 92, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda restringiu a expressão atualmente vigente e seu conteúdo não se coaduna com o intuito da redação original. Além disso, a emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 93, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. A redação da emenda proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Além do mais, a emenda restringiu a expressão atualmente vigente.

Emenda modificativa nº 94, de autoria do vereador Ivan Moraes – APROVADA.

Emenda modificativa nº 95, de autoria do vereador Ivan Moraes – APROVADA.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda aditiva nº 96, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, a emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda aditiva nº 97, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, a emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo. Traz, ainda, tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 98, de autoria da vereadora Dani Portela – A referida emenda foi retirada pela autora, mediante o Memorando nº 061/2022.

Emenda aditiva nº 99, de autoria da vereadora Dani Portela – A referida emenda foi retirada pela autora, mediante o Memorando nº 061/2022.

Emenda aditiva nº 100, de autoria da vereadora Dani Portela – A referida emenda foi retirada pela autora, mediante o Memorando nº 061/2022.

Emenda aditiva nº 101, de autoria da vereadora Dani Portela – A referida emenda foi retirada pela autora, mediante o Memorando nº 061/2022.

Emenda aditiva nº 102, de autoria do vereador Paulo Muniz – REJEITADA. A referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Além disso, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA, como também,





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda aditiva nº 103, de autoria do vereador Paulo Muniz – REJEITADA. A referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Além disso, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA, como também, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda aditiva nº 104, de autoria da vereadora Dani Portela – A referida emenda foi retirada pela autora, mediante o Memorando nº 061/2022.

Emenda aditiva nº 105, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, a emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda aditiva nº 106, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, a emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda aditiva nº 107, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, a emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda modificativa nº 108, de autoria da vereadora Ana Lúcia – APROVADA.

Emenda modificativa nº 109, de autoria da vereadora Ana Lúcia – APROVADA.

Emenda aditiva nº 110, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Além disso, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 111, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Além disso, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 112, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Além disso, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 113, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Além disso, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 114, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Além disso, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda aditiva nº 115, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Além disso, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 116, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Além disso, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 117, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Além disso, aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 118, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Além disso, aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 119, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Além disso, aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 120, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Além disso, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda aditiva nº 121, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Além disso, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 122, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Além disso, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 123, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Além disso, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 124, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Além disso, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 125, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Além disso, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 126, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A referida emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Além disso, traz tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 127, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda modificativa nº 128, de autoria da vereadora Michele Collins – APROVADA.

Emenda modificativa nº 129, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A ação já é implementada/executada pela gestão. Além do mais, a referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas, como também, a sua redação não contribui para o aperfeiçoamento da redação original.

Emenda aditiva nº 130, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda modificativa nº 131, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original.

Emenda aditiva nº 132, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 133, de autoria do vereador Paulo Muniz – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original, bem como apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento.

Emenda aditiva nº 134, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. Apresenta, ainda, erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento.

Emenda aditiva nº 135, de autoria do vereador Paulo Muniz – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original, bem como apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento.

Emenda aditiva nº 136, de autoria do vereador Paulo Muniz – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática,





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original, bem como apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento.

Emenda aditiva nº 137, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda modificativa nº 138, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, trata de múltiplas alterações, as quais deveriam ser apresentadas separadamente. Como também, a redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original.

Emenda modificativa nº 139, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, a emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda aditiva nº 140, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Poder Executivo, como também, aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 141, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 142, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda aditiva nº 143, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 144, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda modificativa nº 145, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, o seu conteúdo não se coaduna com o intuito da redação original.

Emenda aditiva nº 146, de autoria da vereadora Dani Portela –REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda modificativa nº 147, de autoria da vereadora Michele Collins – APROVADA.

Emenda modificativa nº 148, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original, bem como apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento.

Emenda modificativa nº 149, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A referida emenda restringiu a expressão atualmente vigente. Assim como, a redação





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 150, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda modificativa nº 151, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda aditiva nº 152, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda modificativa nº 153, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda modificativa nº 154, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A ação já é implementada/executada pela gestão. Além do mais, a referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas, como também, a sua redação não contribui para o aperfeiçoamento da redação original.

Emenda modificativa nº 155, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A referida emenda restringiu a expressão atualmente vigente. Assim como, a redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 156, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda aditiva nº 157, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 158, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Poder Executivo, como também, aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 159, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 160, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 161, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 162, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda aditiva nº 163, de autoria do vereador Luiz Eustáquio – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda aditiva nº 164, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 165, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo, como também, aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda aditiva nº 166, de autoria do vereador Luiz Eustáquio – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda modificativa nº 167, de autoria da vereadora Michele Collins – APROVADA.

Emenda modificativa nº 168, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 169, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda modificativa nº 170, de autoria da vereadora Ana Lúcia – APROVADA.

Emenda modificativa nº 171, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original, bem como o seu conteúdo não se coaduna com o intuito da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 172, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda modificativa nº 173, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original, bem como o seu conteúdo não se coaduna com o intuito da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 174, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 175, de autoria da vereadora Michele Collins – APROVADA.

Emenda modificativa nº 176, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas, uma vez que, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda modificativa nº 177, de autoria do vereador Zé Neto – APROVADA.

Emenda aditiva nº 178, de autoria do vereador Zé Neto – APROVADA.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda modificativa nº 179, de autoria do vereador Zé Neto – APROVADA.

Emenda aditiva nº 180, de autoria do vereador Zé Neto – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda aditiva nº 181, de autoria do vereador Zé Neto – APROVADA.

Emenda aditiva nº 182, de autoria do vereador Zé Neto – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo. Aborda, também, tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA.

Emenda modificativa nº 183, de autoria da vereadora Michele Collins – APROVADA.

Emenda modificativa nº 184, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 185, de autoria da vereadora Ana Lúcia – APROVADA.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda modificativa nº 186, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. O conteúdo da referida emenda não se coaduna com o intuito da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 187, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda modificativa nº 188, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda modificativa nº 189, de autoria da vereadora Ana Lúcia – APROVADA.

Emenda modificativa nº 190, de autoria da vereadora Ana Lúcia – APROVADA.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda modificativa nº 191, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 192, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda modificativa nº 193, de autoria da vereadora Ana Lúcia – APROVADA.

Emenda modificativa nº 194, de autoria da vereadora Ana Lúcia – APROVADA.

Emenda modificativa nº 195, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 196, de autoria da vereadora Ana Lúcia – APROVADA COM SUBEMENDA DE RELATORIA.

SUBEMENDA Nº 08/2022 à Emenda Modificativa nº 196,
da relatoria:





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

A Emenda Modificativa nº 196/2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo único. Altere-se o texto da “finalidade” da Ação 2.315 - IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA NO ENSINO FUNDAMENTAL, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“PROMOVER PROGRAMA DE EXCELÊNCIA PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA, COM ATENÇÃO A PARTICIPAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM TODO O PROCESSO, BEM COMO, PROMOVER AÇÕES DE ESTÍMULO E VALORIZAÇÃO DESSES PROFISSIONAIS”

Emenda modificativa nº 197, de autoria da vereadora Ana Lúcia – APROVADA.

Emenda modificativa nº 198, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 199, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda modificativa nº 200, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Ela pretende alterar programa de governo, cuja construção e competência são do Poder Executivo.

Emenda modificativa nº 201, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 202, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além do que, a ação já é implementada/executada pela gestão.

Emenda modificativa nº 203, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além do que, a ação já é implementada/executada pela gestão.

Emenda modificativa nº 204, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda modificativa nº 205, de autoria da vereadora Michele Collins – APROVADA.

Emenda modificativa nº 206, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 207, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. Emenda semelhante à emenda de número 206.

Emenda modificativa nº 208, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 209, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda modificativa nº 210, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original, bem como o seu conteúdo não se coaduna com o intuito original do projeto em comento. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda modificativa nº 211, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 212, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além do que, a ação já é implementada/executada pela gestão.

Emenda modificativa nº 213, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além do que, a ação já é implementada/executada pela gestão.

Emenda modificativa nº 214, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além do que, a ação já é implementada/executada pela gestão.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda modificativa nº 215, de autoria da vereadora Michele Collins – APROVADA.

Emenda modificativa nº 216, de autoria da vereadora Michele Collins – APROVADA.

Emenda aditiva nº 217, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. A emenda aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA, bem como amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo. Assim, a referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 218, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda modificativa nº 219, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A ação já é implementada/executada pela gestão. Além disso, aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA. Assim, a redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 220, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda modificativa nº 221, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 222, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 223, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 224, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original. Ademais, trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 225, de autoria da vereadora Michele Collins – APROVADA.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda modificativa nº 226, de autoria da vereadora Michele Collins – REJEITADA. A emenda é semelhante à emenda de número 219.

Emenda aditiva nº 227, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. A emenda aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA, bem como amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo. Assim, a referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda aditiva nº 228, de autoria do vereador Marco Aurélio Filho – REJEITADA. A emenda aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA, bem como amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo. Assim, a referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda aditiva nº 229, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A emenda aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA, como também, apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento.

Emenda aditiva nº 230, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda modificativa nº 231, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. A emenda em comento apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento. Além disso, a redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original.

Emenda modificativa nº 232, de autoria da vereadora Dani Portela – REJEITADA. Emenda semelhante à emenda de número 231. A emenda apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento.

Emenda aditiva nº 233, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA, bem como amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo. Assim, a referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 234, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda aditiva nº 235, de autoria do vereador Marco Aurélio Filho – REJEITADA. A emenda aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA, bem como amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo. Assim, a referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda aditiva nº 236, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA, bem como amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo. Assim, a referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda aditiva nº 237, de autoria do vereador Marco Aurélio Filho – A referida emenda foi retirada pelo autor, mediante o Memorando nº 64/2022.

Emenda aditiva nº 238, de autoria da vereadora Ana Lúcia – REJEITADA. A emenda aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA, como também, apresenta erro técnico e/ou formal, que prejudica seu entendimento.

Emenda aditiva nº 239, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA, bem como amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo. Assim, a referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda aditiva nº 240, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA, bem como amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo. Assim, a referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda aditiva nº 241, de autoria do vereador Marco Aurélio Filho – APROVADA.

Emenda aditiva nº 242, de autoria do vereador Marco Aurélio Filho – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso, altera a estrutura orçamentária do documento. Ademais, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda aditiva nº 243, de autoria do vereador Marco Aurélio Filho – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Ademais, amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo.

Emenda aditiva nº 244, de autoria do vereador Ivan Moraes – REJEITADA. A emenda aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA, bem como amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo. Assim, a referida emenda trata de assunto definido por Órgão do





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 245, de autoria do vereador Marco Aurélio Filho – APROVADA.

Emenda aditiva nº 246, de autoria da vereadora Liana Cirne – REJEITADA. A emenda aborda tema por demais específico e/ou fora dos padrões formais do PPA, bem como amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo. Assim, a referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda aditiva nº 247, de autoria da vereadora Liana Cirne – APROVADA COM SUBEMENDA DE RELATORIA.

SUBEMENDA Nº 09/2022 à Emenda Modificativa nº 247, da relatoria:

A Emenda Modificativa nº 247/2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

Acrescente-se à AÇÃO: 2.510 - GERENCIAMENTO DO TRÂNSITO E DO TRANSPORTE PÚBLICO, do PROGRAMA 1304 - MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE, da Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife - CTTU, a seguinte OPERAÇÃO:

“PROMOÇÃO DE CAMPANHAS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS IDOSAS NO TRÂNSITO”.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda aditiva nº 248, de autoria da vereadora Liana Cirne – REJEITADA. A emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo. Assim, a referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda aditiva nº 249, de autoria da vereadora Liana Cirne – REJEITADA. A emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo. Assim, a referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda modificativa nº 250, de autoria da vereadora Liana Cirne – APROVADA COM SUBEMENDA DE RELATORIA.

SUBEMENDA Nº 10/2022 à Emenda Modificativa nº 250, da relatoria:

A Emenda Modificativa nº 250/2022 passa a vigorar com a seguinte redação:

Modifique-se o texto da FINALIDADE da AÇÃO 2.070 - FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E DOS DIREITOS DAS MULHERES, do PROGRAMA 1235 - DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PARA PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO, do Fundo Municipal da Secretaria da Mulher, para que vigore com a seguinte redação:





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

*“FORTALECER A POLÍTICA MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS MULHERES ATRAVÉS DA REALIZAÇÃO DE EVENTOS E CONFERÊNCIAS SOBRE O TEMA, APOIO A ENTIDADES ATUANTES NA ÁREA, ENTRE OUTRAS ATIVIDADES VOLTADAS PARA A **PROMOÇÃO DO PAPEL DA SOCIEDADE, COM ATENÇÃO ÀS MULHERES EM GERAL, A MULHER NEGRA, AFROINDÍGENA, LESBICA, BISSEXUAL, TRANS E TRAVESTI.**”.*

Emenda modificativa nº 251, de autoria da vereadora Liana Cirne – REJEITADA. A emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas. Além disso a redação proposta não contribui para o aperfeiçoamento da redação original.

Emenda aditiva nº 252, de autoria do vereador Marco Aurélio Filho – REJEITADA. A emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo. Assim, a referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Emenda aditiva nº 253, de autoria do vereador Osmar Ricardo – REJEITADA. O conteúdo da emenda não é próprio ao Projeto de Lei de Revisão do PPA. Além disso, a sua redação apresenta erro técnico e/ou formal, o qual prejudica seu entendimento.

Emenda aditiva nº 254, de autoria do vereador Osmar Ricardo – REJEITADA. Como dito anteriormente, o conteúdo da emenda não é próprio ao Projeto de Lei de Revisão do PPA. Além disso, a sua redação apresenta erro técnico e/ou formal, o qual prejudica seu entendimento.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Emenda aditiva nº 255, de autoria do vereador Osmar Ricardo– REJEITADA. A emenda amplia o escopo da redação original, criando obrigação não necessariamente programada pelo Poder Executivo. Assim, a referida emenda trata de assunto definido por Órgão do Poder Executivo com a competência sobre a temática, e responsabilidade sobre o cumprimento das metas.

Por fim, com fundamento no inciso III, do artigo 104, do Regimento Interno da Câmara Municipal do Recife - RICMR, propõe-se a seguinte emenda ao Projeto de Lei do Executivo nº 37/2022:

EMENDA MODIFICATIVA Nº 256 AO PLE Nº 37/2022:

Ementa: Emenda Modificativa ao Projeto de Lei do Executivo nº. 37/2022 o qual “Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2022-2025 do Município do Recife para o exercício de 2023.”

Art. 1º Modifica-se o Texto da Ação 2.081 - COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE GÊNERO, do Programa 2160 - GESTÃO DAS POLÍTICAS MUNICIPAIS, da Secretaria da Mulher - SEMUL, que passa a ter a seguinte redação:

“2.081 - COORDENAÇÃO, SUPERVISÃO E EXECUÇÃO DA POLÍTICA PARA MULHERES”.

Isto posto, tem-se que a matéria é de relevante interesse para a Gestão Pública Municipal, bem como atende ao interesse local (art. 30, I, da CF/88), além disso, a presente proposta





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

encontra-se regular quanto aos seus aspectos financeiros e devidamente adequada com o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal n. 101/2000), inexistindo qualquer impeditivo constitucional ou legal para a tramitação. Dessa forma, opino pela APROVAÇÃO do PLE n.º 37/2022, com EMENDAS, SUBEMENDAS E EMENDA DE RELATORIA.

Recife, 17 de novembro de 2022.

SAMUEL SALAZAR
Relator

III – CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Do exposto, opina a Comissão de Finanças e Orçamento pela APROVAÇÃO do PLE n.º 37/2022, com EMENDAS, SUBEMENDAS E EMENDA DE RELATORIA.





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Sala das Comissões da Câmara Municipal do Recife, de de 2022.

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

SAMUEL SALAZAR
Presidente/Relator

ADERALDO PINTO
Vice-Presidente

MARCO AURÉLIO FILHO
Membro Efetivo

OSMAR RICARDO
Membro Efetivo

ALMIR FERNANDO
Membro Efetivo

JAIRO BRITO
Membro Suplente

JOSELITO FERREIRA
Membro Suplente

NATÁLIA DE MENUDO
Membro Suplente

